ENSAIOS SOBRE AS INSTITUIÇÕES NA HISTÓRIA ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA

George Henrique de Moura Cunha[1]

RESUMO

Ao longo do século XIX, a economia dos Estados Unidos começou a distanciar cada vez mais do desempenho econômico da América Latina. Quais fatores poderiam estar corroborando para este fenômeno? Uma boa indicação poderia estar no papel das Instituições que se formaram na América Latina, excluindo do processo decisório grande parte de sua sociedade e privilegiando uma pequena parte dela. A finalidade desse trabalho é por meio da análise histórica institucional desde o período colonial até a independência das principais nações latino-americanas procurando justificar o fato da Hipótese Institucional, ser o fator determinante do atraso existente entre as latino-americanas comparadas aos Estados Unidos.

Palavras-Chave: História da América Latina; Instituições; processo de independência

ABSTRACT

Throughout the nineteenth century, the U.S. economy began to increasingly further the economic performance of Latin America. What factors could be corroborating this phenomenon? A good indication would be in the role of the institutions that formed in Latin America, excluding much of the decision-making process of their society and favoring a small part of it. The purpose of this work is through institutional historical analysis since the colonial period to the independence of the major Latin American nations seeking to justify the fact Institutional Hypothesis, be the determining factor of the existing delay between Latin America compared to the United States.

Keywords: History of Latin America; Institutions; Independence process

1. Introdução

A hipótese institucional define que algumas sociedades são organizadas de forma a sustentar o domínio da lei. Robinson (FUKUYAMA, 2008, p. 196) define as instituições como um conjunto de regras e normas, que determinam os incentivos e restrições, pelos quais são enfrentados pelos indivíduos na sociedade. Nesse sentido, as instituições podem ser econômicas, como as condições sob as quais uma pessoa pode incorporar uma empresa, ou políticas, como a natureza do sistema eleitoral. Também podem ser formais e codificadas, como uma constituição escrita, ou podem ser simplesmente regras informais que as pessoas seguem. Entre os elementos cruciais das instituições estão o respeito às leis de direitos de propriedade para um amplo segmento da sociedade, para que grande variedade de pessoas tenha incentivos para investir e participar da vida econômica; restrições sobre as ações das elites, dos políticos e outros grupos poderosos, para que essas pessoas não possam expropriar as rendas e os investimentos de outras na sociedade, nem criar regras injustas de jogo; e finalmente, certo grau de igualdade de oportunidades para amplos segmentos da sociedade, para que possam fazer investimentos, especialmente em capital humano, e participar de atividades econômicas produtivas.

[1] Pesquisador da Universidade de Brasília - UNB. E-mail: georgehmc@outlook.com

A hipótese institucional é a mais explicativa pelas evidências históricas encontradas até o momento. As instituições estabelecidas pelos ibéricos desempenharam um papel limitador no desenvolvimento da região, enquanto no Norte as instituições desempenharam um papel oposto: desde o início da colonização sempre foram incentivadas a inovação, o desenvolvimento tecnológico, o aperfeiçoamento das instituições locais (democracia), o aproveitamento da tecnologia emergente da revolução industrial. As origens das instituições atuais remontam ao período colonial. Como já foi dito, apesar das profundas mudanças ocorridas, principalmente após a independência, existe todo um modelo de organização e funcionamento destas vinculado às instituições coloniais. Um conjunto de instituições é mantido por um determinado equilíbrio político e uma determinada distribuição do poder político dando origem a estratégias de redistribuição de renda e controle social, gerando grande retorno pra determinados grupos da sociedade. Robinson (FUKUYAMA, 2008. p. 217) cita como exemplos: El Salvador controlado por 14 famílias, a persistência de linhagens coloniais entre os proprietários e as elites na Costa Rica, o golpe sobre a oligarquia de proprietários de terras no Nordeste do Brasil, a dinastia Creel no México e o domínio de 150 anos dos partidos Liberal e conservador na Colômbia. Mesmo depois da democratização formal e de mudanças superficiais em instituições políticas, pode ser que essas elites mantenham o poder político e continuem a determinar as instituições econômicas.

Mas um dos debates existentes é se o abismo existente entre as nações do sul e do norte deve-se somente as instituições estabelecidas pela metrópole ou também aconteceram fatos ao longo da história (acidentes históricos) de cada nação que justificasse tamanho atraso. Robinson (FUKUYAMA, 2008) defende que é falho afirmar que os problemas institucionais existentes no continente advêm de uma má formação destas no período colonial. Ao longo do tempo aconteceram outros eventos que também afetaram a formação institucional, como por exemplo, a escravidão e outras formas de trabalho forçado, formação do poder executivo local e sua atuação. Estas instituições subjacentes exercem importante papel na sustentação do equilíbrio latino-americano. Por exemplo, a Constituição dos EUA, apesar de ter sofrido emendas ao longo do tempo para abolir a escravidão, permitir o voto das mulheres e que o governo federal eleve o imposto de renda, tem estado a rigor a mais de duzentos anos. Mas, esta noção de persistência constitucional não colabora com o desenvolvimento comparativo.

Objetivo inicial deste trabalho é tentar descrever o papel das instituições na formação econômica dos principais países da América, durante o período de independência política, que se inicia no final do século XVIII e termina na primeira metade do século XIX, na grande maioria dos países do continente.

2. O papel das instituições no processo de independência

Com a grande expansão colonial do século XV, os europeus criaram colônias de distintas formas, boas em alguns lugares, ruins em outras. As boas em áreas não colonizadas e pouco saudáveis, pois estas instituições, controladas por pequenos grupos de europeus facilitavam a extração de recursos principalmente prata, ouro, pessoas, açúcar e mais produtos agrícolas. Todas à sua subordinação e geridas para beneficiá-los. Nos lugares com grandes populações indígenas, a população foi explorada por impostos, tributos e uso em

trabalhos forçados em minas ou plantações. Instituições que proporcionassem igualdade, direitos humanos, justiça entre outras demandas sociais significaria dificuldade na execução do plano explorador na região, portanto não foram instaladas num primeiro momento.

Nas localidades onde não foi possível a extração, foram introduzidas instituições econômicas que garantisse o direito de propriedade dos colonos, caso das colônias norte-americanas. Os colonos do norte provinham de uma sociedade divergente, onde havia conflito de ideias buscando o progresso, na América Latina deve-se a um achado dos ibéricos, fragilizados por conta de rivalidades e guerras europeias. No início tanto o Sul latino-americano quanto o Norte da atual América do Norte tinham a mesma situação. Clima favorável, boa distribuição hidrográfica, a maior parte do solo fértil e muitos recursos naturais. Na América espanhola existiam algumas áreas com maior densidade demográfica (México, Andes Peruanos, algumas ilhas do Caribe). As sociedades ali estabelecidas (Astecas, Maias, Incas) tinham seu modo próprio de funcionamento, com instituições consolidadas, métodos agrícolas avançados, estudos em áreas com matemática, astronomia e engenharia avançadas.

No século XIX, o modo de funcionamento dos *corregimentos* agregado a problemas nas metrópoles (guerra de sucessão espanhola, ameaça de invasão francesa em Portugal, vinda da família colonial portuguesa em 1808, tratado de Utrecht, revolução francesa, entre outros) tornaram cada vez mais distante a metrópole espanhola da colônia, aumentando o abandono e encorajando muitos *criollos* a buscarem a independência no início do século XIX. Processo este não resultante de ideologia colonial e iniciativa política, mas de fraquezas e infortúnios das metrópoles ibéricas no contexto das rivalidades e guerras europeias. Quando a Espanha provou ser incapaz de governar suas possessões ultramarinas, figuras importantes do Novo Mundo exploraram o vazio e tomaram o poder, encontrando uma resistência esporádica. Iniciou uma crise constitucional em toda a América Latina colonial. A independência foi instaurada quase sem ser percebida – uma surpresa para as incipientes entidades que não tinham outro objetivo senão fazer troca de senhores. Este tipo de negativismo anárquico propiciou o *caudilhismo macho* [2](LANDES, 2003. p 351). As instituições latino-americanas desde seu início foram caracterizadas pela falta de direção, unidade, nacionalidade. A sociedade civil sempre ausente, não pressionava por melhorias. Os senhores faziam o que bem entendiam, 'saqueavam' à vontade. Nos espaços abertos quem exercia o papel de governante era o dono da *hacienda* ou *rancho*, davam emprego, tinham poder de polícia, faziam defesa privada mantendo todos os escravos ao seu dispor.

Neste período um dos maiores contrastes foi o processo constitucional que se deu por ocasião da independência dos Estados Unidos e o ocorrido no México pouco tempo depois. No México, as atitudes políticas da elite haviam sido moldadas pela Revolta de Hidalgo, liderada em 1810 pelo Padre Miguel

[1] O caudilhismo é um tipo de regime político caracterizado pelo agrupamento de uma comunidade em torno do caudilho. Caudilho é a figura máxima deste regime, era uma pessoa com poderes totais, um 'pai da nação', responsável pelos serviços básicos (saúde, educação, segurança). Era responsável por fazer benfeitorias, construir o que era necessário utilizando-se desse privilégio para subtrair o máximo que podia da população.

Hidalgo. Quando os homens de Hidalgo saquearam Guanajuato, em 23 de setembro, mataram o intendente e o oficial colonial superior, e puseram-se a matar todos os brancos, indiscriminadamente. Foi mais uma guerra de classes, ou mesmo étnica, do que um movimento de independência, com o efeito de unir todas as elites para fazer-lhes frente. Se a independência possibilitasse a participação popular na política, as elites locais, e não só os espanhóis, seriam contra. Por conseguinte, as elites mexicanas viram a Constituição de Cádiz, que abria o caminho para a participação popular, com extremo ceticismo, e jamais reconheceram sua legitimidade.

Em 1815, com o colapso do império europeu de Napoleão, o Rei Fernando VII voltou ao trono e a Constituição de Cadiz foi anulada. Ao tentar retomar o controle de sus colônias na América, a Coroa espanhola não enfrentou maiores problemas no México legalista. Ainda assim, em 1820, tropas hispânicas reunidas em Cádiz com destino as Américas, a fim de ajudar a restabelecer a autoridade espanhola, amotinaram-se contra Fernando VII. A elas logo se juntaram unidades do exército de todo o país, e Fernando viu-se compelido a restaurar a Constituição de Cádiz e voltar a convocar as Cortes – que, nessa reedição, mostraram-se ainda mais radicais do que aquelas que haviam redigido a Constituição de Cádiz, propondo a abolição do trabalho forçado em todas as suas formas. Atacavam também os privilégios especiais, como, por exemplo, o direito dos militares de serem levados a julgamento criminal em tribunais próprios. Finalmente confrontadas com a imposição desse documento no México, as elites locais decidiram que seria melhor continuar por conta própria e declarar a independência.

O movimento de independência encabeçado por Augustin de Iturbide, ex-oficial do exército espanhol que, em 24 de fevereiro de 1821, publicou o Plano de Iguala, sua visão de um México independente. O plano incluía uma monarquia constitucional com o imperador mexicano e removia as provisões da Constituição de Cádiz que as elites locais consideravam tão perigosas para seu status e privilégios. Recebeu apoio instantâneo, e a Espanha logo reconheceu que não poderia impedir o inevitável. Contudo, Iturbide não se limitou a organizar a secessão mexicana. Detectando o vácuo de poder, tratou de tirar proveito de sua formação militar e fez-se declarar imperador, posição que o grande líder da independência sul-americana Simón Bolívar descrevia como “por graça de Deus e das baionetas”. Iturbide não era limitado pelas mesmas instituições políticas que restringiam os presidentes dos Estados Unidos; rapidamente se converteu em ditador e, em outubro de 1822, dissolveu o Congresso sancionado pela Constituição e o substituiu por uma junta de sua escolha. Embora Iturbide não tenha durado muito, esse padrão de acontecimentos se repetiria vezes sem conta no México do século XIX.

No mesmo período, os ingleses tiveram que reavaliar sua política sobre o resto do continente. Em 1806 Buenos Aires foi invadida por forças inglesas oriundas da África do Sul. Houve a expulsão dessas tropas antes da chegada de reforços e uma tentativa de retomada foi abortada devido à grande hostilidade da população total. Ficou claro que as colônias não estavam dispostas a submeter-se de bom grado à troca do domínio espanhol pelo inglês.

A entrada inglesa no sul do continente motivou e os *criollos* adquiriram

importância no combate aos invasores. Além do mais, sendo um centro de comércio marítimo, Buenos Aires estava exposta às influências externas, intelectuais ou econômicas. Pelo fato de sua base econômica ser formada em grande parte por produtos pastoris, tanto os interesses fundiários quanto os especuladores comerciais se tinham conscientizado das vantagens que advinham de uma maior liberdade comercial. (BETHELL, 2001 p. 120)

Os colonos aguardavam o momento exato para conseguir a independência. E isto aconteceu quando Napoleão depôs a casa real espanhola em 1808 e seu irmão José Bonaparte foi elevado ao trono hispânico. A Inglaterra recebia privilégios especiais, pois segundo eles, “haviam salvado o Brasil” para a coroa portuguesa. Esses privilégios foram incorporados aos tratados negociados por Lorde Strangford em 1810, que estabeleceram tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses e direitos legais especiais para os comerciantes britânicos. Ao mesmo tempo, os portugueses cederam à pressão inglesa e concordaram em limitar o comércio transatlântico de escravos para o Brasil, com vistas à sua abolição gradual. Strangford, de modo quase inevitável, também se envolveu com as questões da região do Prata. Antes da revolução de 1810, negociou com o vice-rei a abertura de Buenos Aires ao comércio inglês; mais tarde, quando o governo revolucionário declarou sua lealdade a Fernando VII, ele pôde manter relações informais com esse governo sem violar a aliança anglo-espanhola. Um pouco mais complexa foi a situação do outro lado do rio, na Banda Oriental.

Em setembro de 1808, foi constituída em Montevidéu uma junta de governo, chefiada pelo governador espanhol e tinha o propósito de tirar o atual Uruguai, não do domínio da junta de Sevilha, mas do vice-rei de Liniers, acusado de tendências bonapartistas. E se dissolveu tão logo Sevilha substituiu Liniers por um peninsular de confiança, Baltasar Hidalgo de Cisneros. Enquanto durou, a junta de Montevidéu recebeu amplo apoio local, principalmente porque apelou para os sentimentos de rivalidade política e comercial com Buenos Aires.

A tentativa, em 1º de janeiro de 1809, de criar uma junta própria Buenos Aires também teve Liniers como alvo. Um de seus primeiros idealizadores foi Martín de Alzaga, um rico comerciante peninsular que conseguira arregimentar o *cabildo* contra as invasões inglesas e agora chefiava importante facção política local. Essa facção identificava-se particularmente com os espanhóis nativos, mas na época contava em suas fileiras com *criollos* proeminentes como mariano Moreno, advogado que mais tarde chefiou a ala radical da revolução no Río de la Plata. Mesmo que o próprio Álzaga tenha sido acusado de republicanismo por seus inimigos, o único objetivo claro do grupo era livrar-se de Liniers, ou por razões pessoais, ou por suspeita de deslealdade, ou ainda para abrir caminho para outras mudanças políticas. A tentativa de golpe foi frustrada facilmente, uma vez que Liniers contava com o apoio da burocracia vice-real e da milícia criolla, bastante satisfeita com a posição que havia alcançado sob a égide do vice-reino.

Montevidéu continuou leal à Regência espanhola até 1814, mas grande parte do interior do país estava nas mãos dos patriotas uruguaios, que se recusavam a aceitar a autoridade do governo de Buenos Aires. Strangford tentou preservar a neutralidade inglesa entre esses grupos e ao mesmo tempo conter os portugueses, cobiçosos da província espanhola adjacente, de usar a situação

em proveito próprio.

2.1 Argentina

Buenos Aires foi, durante este período, um dos centros mais sujeitos a fermentações políticas. A mais importante delas foi a “Revolução de Maio”, onde o vice-rei Cisneros (sucessor de Liniers) aceitou a contragosto manter um *cabildo aberto* que, em 22 de maio de 1810, delegou ao *cabildo* de construir uma junta. Dois dias mais tarde, entregou a presidência ao vice-rei. No entanto, antes que a junta pudesse funcionar, explodiram protestos, orquestrados por uma combinação de comandantes da milícia *criolla* e membros do grupo misto de vários profissionais que tinham visto na crise da monarquia espanhola uma oportunidade de ouro para efetuar mudanças na colônia. Essas forças venceram e em 25 de maio, foi criada formalmente uma junta que não incluía o vice-rei e era presidida pelo coronel Cornélio Saavedra, um comerciante originário do Alto Peru mas há muito estabelecido em Buenos Aires.

Esse período de revoluções e mudanças, não se manifestou em inovações legais ou institucionais. Referentes à abertura do porto ao comércio, a junta nada fez que reafirmar e reformular o que o vice-rei Cisneros havia estabelecido anteriormente em bases provisórias. A junta afirmou a igualdade com relação aos pardos (miscigenação entre índios e europeus). A retórica do igualitarismo estimulou o entusiasmo popular e combater os privilégios reais ou supostos dos espanhóis peninsulares, que começavam a sofrer discriminação nos empregos públicos e no cálculo das contribuições. Juízes da audiência foram exilados por ousar sugerir que a junta deveria reconhecer o Conselho de Regência da Espanha e em seu lugar foi criado um novo supremo tribunal. Um tratamento ainda mais duro foi infligido, em agosto de 1810, aos envolvidos na primeira tentativa contrarrevolucionária aberta. Isso ocorreu em Córdoba, onde as exigências da junta de Buenos Aires entraram em conflito direto com um forte sentimento legalista. Entre os promotores da resistência de Córdoba estava o herói da defesa de Buenos Aires contra os ingleses, o já citado Santiago Liniers, que havia mudado de cidade depois que deixou o posto de vice-rei em 1809. Apesar de sua importância, a junta respondeu rapidamente, fuzilando Liniers ao lado dos demais líderes do movimento.

Uma referência deste movimento revolucionário foi Mariano Moreno, saliente e direto no campo da propaganda revolucionária. Encarregado do jornal oficial da junta, a *Gaceta de Buenos Aires*, Moreno utilizou suas páginas para preparar a opinião pública para aceitar mudanças mais amplas na ocasião oportuna. Os artigos que escreveu de próprio punho apresentavam uma defesa ligeiramente velada do governo republicano e da independência. No interior, o governo revolucionário conseguiu uma acomodação política com as oligarquias locais, ou pelo menos com facções delas.

A morte de Moreno não pôs fim no conflito entre as facções. No fim de 1811, a junta do governo foi inteiramente dissolvida e, em seu lugar, foi formado um Primeiro Triunvirato que foi substituído por um Segundo Triunvirato – e este, no início de 1814, por um Diretor Supremo. Visando agradar os ingleses, em 1812 o tráfico de escravos foi proibido e iniciou o longo processo de estímulos a imigração que primeiramente iniciou os ingleses e outros comerciantes

estrangeiros que rapidamente controlaram o comércio local.

A falta da adoção de uma posição aberta em favor da independência censurável a alguns, entre eles os morenistas sobreviventes que formaram o arcabouço da Sociedade Patriótica, organizada em janeiro de 1812 para dar continuidade ao processo revolucionário. Paralelamente fundou-se a Loja Lautaro, uma sociedade secreta organizada em linhas semimaçônicas. Entre os fundadores estava José de San Martin, herói nacional, que fora oficial de carreira do exército espanhol. Sua participação na Loja Lautaro e, por meio dela, no cenário político mais amplo da revolução caracterizou o surgimento de uma nova força política: o exército regular, cujos oficiais, em sua maioria, tinham sido, desde o início da revolução, recrutados entre a população, não sendo portanto, soldados de carreira como ele próprio; no entanto, pelo menos serviam de contrapeso para a militância urbana, em grande parte saavedrista. De qualquer forma, a união dos herdeiros políticos de Moreno com San Martin e alguns outros comandantes do exército associados à Loja Lautaro foi demais para o grupo saavedrista que controlava o Primeiro Triunvirato, dissolvido em outubro de 1812. O Segundo Triunvirato que o substituiu era um instrumento da Loja Lautaro, e na verdade também o era a Assembleia Geral Constituinte, que começou a funcional em Buenos Aires, em janeiro de 1813, como primeiro congresso nacional.

Como sugeria o título oficial da Assembleia, ela deveria adotar uma constituição para o que fora até então o vice-reino, que doravante deveria chamar-se Províncias Unidas del Rio de la Plata. Na prática, isso nunca aconteceu, nem se chegou a uma declaração de independência, embora tenha sido feita uma afirmação simbólica de soberania nacional mediante atos como a adoção de uma bandeira própria, a cunhagem de moeda e a criação de um hino. Foi promulgado também um pacote de reformas, entre as quais uma lei do nascimento livre, dando início a uma extinção gradativa da escravidão, a abolição da tortura legal e dos títulos de nobreza, a proibição de vincular bens de raiz e muitas outras medidas. Sentiu-se nessas reformas um primeiro ressaibo de anticlericalismo. Na verdade, a abolição de uma Inquisição enfraquecida e amplamente desacreditada não deveria gerar muitas controvérsias, mas a lei que proibia toda pessoa com menos de trinta anos de tomar votos era um golpe sério nas ordens religiosas e tinha exatamente essa finalidade. O programa legislativo da Assembleia causou pouco impacto sobre a estrutura básica da sociedade, pois os títulos e os bens vinculados ou não existiam ou eram destituídos rigorosamente de importância e o princípio do nascimento livre teve menos efeito imediato sobre a instituição da escravidão do que na prática- cada vez mais comum- de recrutar ou confiscar escravos para o serviço militar, em troca da promessa de serem libertados se sobrevivessem.

2.2 Brasil

Não diferentemente da Espanha, Portugal no final do século XVIII estava economicamente isolado, com recursos naturais limitados e modesto poderio militar e naval. As reexportações brasileiras – sobretudo o açúcar e o algodão no final do século XVIII – eram fundamentais para o equilíbrio da balança comercial portuguesa. Seu principal parceiro comercial era a Inglaterra, que fornecia a Portugal – e indiretamente ao Brasil- produtos manufaturados (sobretudo têxteis)

em troca de vinho, de óleo de oliva – e algodão brasileiro. Por tratados que remontam ao final do século XIV, a Inglaterra também era o avalista da independência de Portugal e da integridade territorial do império português.

A coroa portuguesa estava sendo forçada pelo imperador francês a unir-se ao Sistema Continental e romper seus vínculos com a Inglaterra, sua tradicional aliada e parceira comercial. A corte portuguesa debatia-se num dilema angustiante, quando o governo inglês deixou claro que, embora não pudesse proteger Portugal, estava determinada a não deixar que o Brasil caísse sob as garras de Napoleão. Depois de muitas hesitações que persistiram até que as tropas francesas estavam à vista de Lisboa, a família real portuguesa acabou por aceitar a oferta inglesa de uma escolta naval até o Brasil.

Crescia os conflitos de interesse, econômicos e políticos, reais e potenciais, com a metrópole. Ao mesmo tempo, reconhecia-se ao mesmo tempo, não só o relativo atraso econômico de Portugal em relação à sua colônia mais importante, mas sua fraqueza política e militar. Na milícia, o exército de reserva para o caso de ataque externo ou de revolta de escravos, a maioria dos oficiais eram fazendeiros, e os soldados rasos eram por princípio, todos os homens livres numa determinada área geográfica, com exceção das cidades principais, onde a organização da milícia se baseava na cor e na profissão.

O crescente descontentamento aumentava na medida que passava a permanência da família portuguesa no Brasil. BETHELL (2001. p 194), afirma que os brasileiros tinham vínculos muito mais estreitos com a metrópole e muito menos motivos de insatisfação do que os criollos nas colônias latino-americana. A crítica mais persistente ao absolutismo português e ao sistema político que ele impôs ao Brasil provinha de Hipólito José da Costa, que, de junho de 1808 a 1822, publicou em Londres um jornal liberal influente, o *Correio Brasiliense*.

Em março de 1817, uma revolta militar, à qual se aliaram alguns fazendeiros e senhores de escravos premidos pelos baixos lucros das exportações de algodão e de açúcar e pelos altos preços dos cativos, alguns comerciantes ricos, padres e juízes, bem como moradores (pequenos fazendeiros arrendatários e posseiros) e artesãos, terminou na proclamação de República de Pernambuco. A lei “orgânica” da república incluía a tolerância religiosa e a “igualdade de direitos”, mas defendia a propriedade e a escravidão. A revolta se alastrou rapidamente por Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Mas sem seguida perdeu o império. A Inglaterra recusou-se a encorajá-la com seu reconhecimento quando emissários enviados a Londres lhe solicitaram, uma vez que o desejo dos ingleses era, depois de garantir a abertura dos portos brasileiros, manter a estabilidade e a unidade do Brasil. Dois navios mercantes ingleses transformados bloquearam Recife pelo mar, e reuniu-se um exército com forças enviadas da Bahia, que se mantivera leal sob o comando do governador Arcos, do Rio de Janeiro e, em 20 de maio de 1817, os rebeldes se renderam. A Revolução de 1817, que durou dois meses e meio, revelou a existência de ideias nacionalistas e liberais, inclusive entre os militares. Passou-se a guarnecer as principais cidades com tropas portuguesas e nas unidades militares existentes, enviando sinais de repressão.

Enquanto isso na metrópole em 24 de agosto de 1820 explodiu uma

revolta liberal-nacionalista na cidade do Porto com a participação dos militares e da população. A situação econômica era crítica. O orçamento português apresentava déficits permanentes; os funcionários civis e o pessoal militar já não sabiam como nem quando seriam pagos. No final de 1820, os liberais formaram uma Junta Provisória para governar em nome do rei e exigiram seu retorno imediato a Lisboa. Foram instituídas às pressas as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, encarregadas de escrever e aprovar uma nova constituição. Pelas instruções de 22 de novembro, as Cortes seriam eleitas para todo o mundo português, escolhendo-se um deputado para cada trinta mil súditos livres. Previu-se a instalação nas capitanias brasileiras, de juntas governativas provisórias leais à revolução portuguesa, que deviam supervisionar as eleições para as Cortes. Por trás disso estava a determinação portuguesa de restituir a o Brasil à condição de colônia anterior a 1808.

No Brasil os militares deram os primeiros passos significativos contra o absolutismo. Em janeiro de 1821, as tropas portuguesas estacionadas em Belém se rebelaram e formaram uma junta governativa liberal para o Pará, à qual aderiram mais tarde o Maranhão e o Piauí; ela se declarou imediatamente preparada para organizar eleições para as Cortes de Lisboa. Em 10 de Fevereiro, na Bahia, uma conspiração militar análoga, chefiada por soldados de tendências liberais contra seus oficiais absolutistas, acabou por depor o governador, o Conde de Palma, e instaurou uma junta provisória que se comprometeu a defender uma constituição liberal para o Reino Unido de Portugal e Brasil, seus membros eram em sua maioria portugueses, mas recebeu apoio de diversos brasileiros proeminentes. Na capital Rio de Janeiro, manifestações populares em favor da revolução constitucionalista e uma reunião de soldados portugueses no largos do Rossio (atual Praça Tiradentes), em 24-26 de fevereiro, obrigaram o rei a reformular o ministério e forçaram-no a aprovar uma constituição liberal futura para Portugal e o Brasil; decretou também, em consonância com as instruções da Junta Provisória de Lisboa, a criação de juntas governativas nas províncias onde não existiam e a preparação das eleições indiretas para as Cortes.

Muito pressionado e sem alternativa, Dom João VI partiu no dia 7 de março de 1821 deixando seu filho Dom Pedro como Príncipe Regente. Não sobrou às elites outra alternativa não ser organizar-se em defesa dos interesses brasileiros nas Cortes. Estas, depois de eleitas, reuniram-se em janeiro de 1821 e tentaram restituir o Brasil a sua antiga condição de colônia. A burguesia portuguesa, em sua determinação de restabelecer sua hegemonia sobre o Brasil e de sobretudo de negar à Inglaterra o acesso direto ao Brasil, ignorou totalmente o desgaste sofrido pelo pacto colonial em decorrência do desenvolvimento político, econômico e demográfico do Brasil, e não apenas de 1808. Além disso, as mudanças econômicas políticas e ideológicas ocorridas na Europa e na América tornavam muito improvável que de todas as potências europeias Portugal fosse a única capaz de manter suas colônias no continente americano (BETHELL, 2001 p 214).

Diante das notícias dos movimentos constitucionais no Pará, na Bahia e no Rio de Janeiro e sobretudo com o retorno de Dom João VI, as Cortes, sem muito sucesso, passaram a evitar o Rio de Janeiro e começaram a tratar diretamente com os diferentes governos provinciais do Brasil. Foi feita

igualmente uma tentativa malsucedida de revogar os acordos comerciais com a Inglaterra; os portugueses, com o propósito de impor uma tarifa bem mais alta, queriam que as mercadorias inglesas voltassem a transitar pela metrópole. Além disso, em agosto, foram enviados ao Brasil novos contingentes de soldados. Em 29 de setembro, as Cortes demonstraram sua intenção de continuar governando o Brasil, quando ordenaram que todas as instituições governamentais instaladas no Rio de Janeiro, em 1808, fossem desmontadas e transferidas para Lisboa. Finalmente, em 18 de outubro, o próprio Príncipe Regente recebeu ordens de retornar a Portugal. Quando os deputados brasileiros eleitos começaram a chegar as Cortes nos últimos meses de 1821 e na primeira metade de 1822 além de terem sido recebidos por insultos e ofensas, todas as pretensões brasileiras de buscar igualdade econômica e política com Portugal e criação de órgãos paralelos de governo foram rejeitadas pela Corte. Tiveram também a noção da determinação portuguesa de anular todas as mudanças que haviam ocorrido nas relações entre Brasil e Portugal a partir de 1808 com toda sua intransigência. Da mesma forma que na América Latina, atitudes como esta somente aumentaram a indignação da colônia sobre a metrópole e acendeu o anseio pela independência. Em outubro de 1822, um grupo de sete deputados brasileiros saíram ilegalmente de Lisboa, foram até Londres e depois voltaram o Brasil. O gesto foi repetido pelos demais deputados, em desacordo com a política vivenciada em Lisboa.

José Bonifácio, figura dominante no processo político brasileiro. Suas ideias sobre as questões sociais eram notavelmente progressistas – era favorável à abolição do tráfico de escravos e até mesmo da escravidão, apoiava a imigração europeia livre e a reforma agrária – mas, politicamente, era conservador e profundamente hostil à democracia. Semelhantemente ao processo argentino, as elites locais entraram em conflito no início do ano de 1822 por meio de suas lojas maçônicas (Apostolado e Grande Oriente). Este conflito, que tinha um viés ideológico de convocar ou não uma assembleia constituinte envolveu José Bonifácio e radicais como Joaquim Gonçalves Ledo, o padre Januário da Cunha Barbosa, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, José Clemente Pereira e Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Em 16 de Fevereiro de 1822, José Bonifácio que se opunha fortemente à representação popular numa assembleia nacional eleita, convenceu Dom Pedro de que tudo aquilo de que se precisava era de um Conselho de Procuradores da Província, constituído por homens bons nomeados de acordo com os procedimentos tradicionais. Este convencimento durou apenas 48 horas. No dia 3 de junho, Dom Pedro concordou em convocar uma assembleia constituinte. Nesse ínterim, fora decidido, em maio de 1822, que nenhum decreto das Cortes portuguesas seria aplicado sem a expressa aprovação do príncipe Regente. Em agosto, assistiu-se um número cada vez maior de atos “independentes” de Dom Pedro e do governo brasileiro. No dia 7 de setembro de 1822, às margens do Rio Ipiranga em São Paulo, Dom Pedro recebeu os últimos despachos de Lisboa que revogavam seus decretos, acusavam seus ministros de traição e exigiam mais uma vez seu retorno a Portugal e a total submissão do Brasil ao domínio português.

No mesmo momento, recebeu cartas de José Bonifácio e da princesa Leopoldina, sua esposa, que o aconselhavam a romper definidamente os laços em Portugal. Segundo testemunhos, Dom Pedro tomou os despachos da mão do mensageiro, amassou-os e esmagou-os sob seu tacão, dizendo irritado aos

que cercavam: “De hoje em diante nossas relações com eles estão cortadas. Não quero nada com o governo de Portugal, e proclamo o Brasil separado para sempre de Portugal”.

A força do movimento brasileiro em prol da separação de Portugal proviera das províncias mais importantes do Centro-Sul – Rio de janeiro, São Paulo, Minas Gerais - e sobretudo da capital, o Rio de Janeiro. Pernambuco, onde a classe dominante brasileira era anti portuguesa, mas ainda se lembrava da revolução de 1817 e da tentativa de instaurar uma república e onde a guarnição militar, de qualquer forma relativamente pequena, se mostrou disposta a transferir sua lealdade para Dom Pedro, logo reconheceu a autoridade do império brasileiro independente. As outras províncias do Nordeste e do Norte, onde ainda era grande a presença militar portuguesa e havia grande número de comunidades portuguesas de comerciantes e muito sentimento pró-português, pelo menos das cidades costeiras, permaneciam leais às Cortes de Lisboa. Circulavam rumores fantasiosos de que Portugal enviaria uma expedição punitiva e, num primeiro estágio da reconquista, tentaria separar do resto do brasil o Nordeste e o Norte, que geograficamente estavam mais próximos de Portugal, não estavam integrados economicamente ao Centro-Sul e sob muitos aspectos tinham historicamente vínculos mais estreitos com Lisboa do que o Rio de Janeiro. Para que o processo de independência se completasse e se consolidasse, fosse evitada uma longa guerra civil e fosse imposta a autoridade do novo imperador sobre toda a antiga colônia portuguesa, era imperativo atrair o mais rápido possível o Nordeste e o norte, especialmente a Bahia, a mais importante sem dúvida das províncias que ainda permaneciam sob o controle dos portugueses.

2.3 Estados Unidos e México

O único país que poderia ter tido condição de desafiar a Inglaterra em termos de influência na América Latina nessa época eram os Estados Unidos já que se tornaram independentes a tempo de aproveitar a Revolução Industrial. Livre dos envolvimentos ou compromissos com a Europa, ligada pela proximidade e pelos nascentes sentimentos de pan-americanismo e tendo como instrumento informal de política uma frota mercante empreendedora, a jovem federação tinha, aparentemente em 1808, boas condições de tirar proveito do enfraquecimento dos laços imperiais.

Na década de 1720, todas as 13 colônias que vieram a ser os Estados Unidos disfrutaram de estruturas de governo semelhantes. Em todos os casos, havia um governador e uma assembleia que representavam os proprietários de terras. Não eram democracias: a mulheres, escravos e desprovidos era vedado o voto. Ainda assim, os direitos políticos eram bastante amplos, se comprovados a sociedades contemporâneas em outros lugares. Foram essas assembleias e seus líderes que se reuniram, em 1774, no primeiro Congresso Continental – prelúdio da independência dos EUA. Em seu entender, as assembleias dispunham tanto do direito de determinar sua própria composição quanto do direito à tributação – o que, como sabemos, criou problemas para o governo colonial inglês.

O documento, que fez os delegados reunirem-se para redigir na Filadélfia

em 1787, foi resultado de um longo processo, iniciado com a formação da Assembleia Geral em 1619.

A Constituição dos Estados Unidos não criou uma democracia pelos padrões modernos. Cabia a cada estado determinar quem seriam os eleitores. Assim, embora os estados do norte logo tenham estendido o direito a voto a todos os homens brancos, independentemente de sua renda ou propriedades, apenas aos poucos o do sul mostrariam a mesma prodigalidade. Nenhum deles reconhecia os direitos de mulheres ou escravos e, à medida que os brancos iam sendo liberados das limitações relativas a propriedade e riqueza, eram adotadas restrições raciais que destituíam explicitamente os negros de todo e qualquer direito. A escravidão, é claro, foi considerada legítima quando a Constituição dos Estados Unidos foi escrita na Filadélfia e teve lugar a mais sórdida das negociações com relação à divisão dos assentos na Câmara de Representantes entre os estados. A alocação se daria de acordo com a população de cada estado, mas os representantes do sul solicitaram que os escravos fossem contabilizados. Os nortistas objetaram. Chegou-se ao acordo de que, para fins de distribuição dos assentos na Câmara dos Representantes, cada escravo contaria como três quintos de uma pessoa livre. Os conflitos entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos foram reprimidos durante o processo constitucional mediante elaboração de pactos como essa regrados três quintos e similares. Novos ajustes seriam acrescentados com o passar do tempo- como, por exemplo, o Acordo do Missouri, segundo o qual um estado favorável à escravidão e outro cenário seriam sempre agregados juntos à União, de modo a manter o equilíbrio, no Senado, entre as duas posições. Foi graças a esses subterfúgios que as instituições políticas dos estados Unidos se mantiveram em funcionamento pacífico até que a Guerra de Secessão viesse solucionar os conflitos em favor do Norte.

A Guerra de Secessão foi sangrenta e destrutiva. Tanto antes quanto depois dela, porém, havia um sem-número de oportunidades econômicas para uma vasta parcela da população, sobretudo no norte e no oeste dos Estados Unidos. No México, a situação era outra. Se os Estados Unidos experimentam cinco anos de estabilidade política, entre 1860 e 1865, o México viveu um quadro quase permanente de instabilidade nos 50 primeiros anos de sua independência- o que é mais bem ilustrado pela trajetória de Antonio López de Santa Ana.

Santa Ana, filho de um dignatário colonial em Veracruz, destacou-se como soldado lutando pela Coroa espanhola nas guerras de independência. Em 1821, mudou de lado com Iturbide e jamais olhou para trás. Tornou-se presidente do México pela primeira vez em maio de 1833, embora tenha permanecido no poder por menos de um mês, preferindo deixar o exercício do cargo para Valentin Gomez Farías. Santa Ana e Gomez Farias continuariam sua dança até meados de 1835, quando Santa Ana, porém não era de resistir. Retornou à presidência em 1839, 1841, 1844, 1847 e, por fim, entre 1853 e 1855. No total foram, foi presidente 11 vezes, no decorrer das quais presidiu à perda do Álamo e do Texas e à desastrosa Guerra Mexicano-Americana, que culminou com a perda do que viria a ser o Novo México e o Arizona. Entre 1824 e 1867, foram 22 os presidentes no México, poucos dos quais assumiram o poder por vias sancionadas pela lei.

A consequência dessa instabilidade política sem precedentes para as instituições e incentivos econômicos deve ser óbvia. Tamanha inconsistência acarretou profunda insegurança com relação ao direito à propriedade, bem como grave enfraquecimento do Estado Mexicano, que agora dispunha de pouquíssima autoridade e capacidade de aumentar a arrecadação ou assegurar a prestação de serviços públicos. Com efeito, muito embora Santa Ana fosse presidente do México, vastas parcelas do país não se encontravam sobre seu controle, o que possibilitou a anexação do Texas pelos Estados Unidos. Ademais, conforme acabamos de ver, a força motriz por trás da declaração de independência mexicana foi o desejo de proteger o conjunto de instituições econômicas desenvolvidas durante o período colonial, que havia feito no México, nas palavras do grande explorador e geógrafo da América Latina, o alemão Alexander von Humbolt, “o país da desigualdade”. Tais instituições, ao exigirem a sociedade sobre a exploração dos povos indígenas e a criação de monopólios, bloquearam os incentivos econômicos e iniciativas da grande massa de população. Assim, enquanto os Estados Unidos começavam a passar pela Revolução Industrial na primeira metade do século XIX, o México empobrecia.

Uma amostra do resultado: Em 1818 havia 338 bancos em operação nos Estados Unidos, com um ativo total de US$ 160 milhões, em 1914 já eram 27.864 bancos, com um ativo total de US$ 27,3 bilhões. Os potenciais inventores estadunidenses tinham pronto acesso ao capital para criar seus negócios. Este excesso de oferta facilitou o acesso aos recursos devido a uma acirrada concorrência entre as instituições.

Entre 1820 e 1845, apenas 19% dos detentores de patentes dos Estados Unidos, tinham pais com formação profissional específica ou eram provenientes de grandes famílias proprietárias de terra. Nesse período, 40% dos que registravam uma patente tiveram acesso apenas à educação primária ou menos. Os Estados Unidos eram no século XIX o país mais democrático em termos políticos e sobre os direitos de propriedade e inovação.

Como contraponto, o vizinho México em 1910, havia apenas 42 bancos, dois dos quais controlavam 60% do ativo bancário total. Ao contrário dos Estados Unidos, os bancos mexicanos tinham total liberdade para cobrar taxas de juros que melhor lhe conviessem, restringindo o acesso aos ricos, que utilizavam esse acesso para exercer um controle sobre a economia local.

3. Igreja: Instituição fundamental no período

Segundo Bethell (2001), o apoio ideológico e econômico recebido pelos contendores nas lutas de independência da América Latina era oferecido pela Igreja. A maioria dos bispos era peninsular e se identificavam com os interesses da Espanha. A Coroa tinha o direito de nomear bispos, que os tornava dependentes e subordinados a ela. Tinham consciência que a revolução e a ideologia liberal representavam para a posição da igreja no continente. Os clérigos cuja lealdade à coroa fosse suspeitar eram chamados de volta à metrópole ou simplesmente destituídos de suas dioceses, como no caso do Bispo de Caracas, Narciso Coll i Prat, e do prelado de Cusco, José Perez y Armendáriz. Além do mais, no período entre a restauração de Fernando VII, em 1814, e a revolução liberal na Espanha, em 1820, a metrópole nomeou para 28

das 42 dioceses americanas novos bispos de lealdade política inquestionável.

O baixo clero, especialmente o secular, era constituído, predominantemente, de *criollos* e, portanto, embora apresentasse divisões, do mesmo modo que o conjunto da elite criolla, se mostrou mais inclinado a apoiar a causa de um governo autônomo hispano-americano e até mesmo a independência. Existia uma divisão, econômica e social, entre a massa dos padres de paróquia e a hierarquia eclesiástica e o grande ressentimento com virtual monopólio dos peninsulares com relação aos postos eclesiásticos mais altos. Além disso, o regime Bourbon atacou as principais fontes de renda (as *capellanias* e o *fucro eclesiástico* que concedia os padres imunidade da justiça civil) aumentando ainda mais a insatisfação do clero.

Então alguns padres desempenharam importante papela na luta pela independência hispano-americana, com ênfase a Miguel Hidalgo y Costilla e José Maria Morelos na Nova Espanha, que conseguiram, com grande sucesso, induzir a devoção popular, sobretudo a dos índios, ao proclamar a Virgem de Guadalupe a santa padroeira da revolução hispano-americana. Em Quito, três padres foram responsáveis pela proclamação de independência em 1809 e, em 1814, uma lista elaborada por um general realista relacionava mais de cem padres entre os patriotas. Em Santa Fé de Bogotá, três padres fizeram parte da junta de 1810 e nove participaram do Congresso de 1811. Em 1815, mais de cem padres, entre eles Hidalgo e Morelos, haviam sido executados no México. Muitos outros, seculares e regulares, tinham sido excomungados. Dezesseis padres assinaram a declaração de independência do Rio de la Plata e treze, a da Guatemala. No Peru, 26 dos 57 deputados do congresso de 1822 eram padres.

Durante a maior parte do período das revoluções e guerras em favor da independência hispano-americana, o papado manteve sua tradicional aliança com a Coroa espanhola contra a revolução liberal principalmente no papado de Leão XII. Com a consequente derrota, ficou evidente o tamanho equívoco político cometido pela instituição também evidenciando os problemas internos dentro da Igreja.

A Igreja Católica da América espanhola emergiu das lutas de independência extremamente enfraquecida. Os vínculos entre a coroa e a Igreja haviam sido tão estreitos que a queda da monarquia representou um sério golpe para o prestígio da igreja em toda a América espanhola. Em primeiro lugar, a posição intelectual da Igreja foi abalada. As mesmas pessoas de razão que repudiaram a monarquia absolutista também contestaram a religião revelada, ou pelo menos pareceram fazê-lo. Na construção do novo sistema político, os chefes dos movimentos de independência procuraram uma legitimação moral para os que faziam e encontraram inspiração, não no pensamento político católico, mas na filosofia da era da razão, particularmente no utilitarismo[1]. A influência de Bentham[2] na América espanhola representou uma clara ameaça à Igreja, porque deu credibilidade intelectual ao republicanismo e ofereceu uma filosofia alternativa de vida. A Igreja reagiu, não por meio de um debate intelectual, para o qual estava mal preparada, mas por um pedido ao Estado que suprimisse os inimigos da religião. Foi isso então, que levantou a questão das relações entre a Igreja e o Estado.

Não está claro até que ponto as estruturas eclesiásticas abaixo do nível do episcopado se haviam desintegrado. Alguns membros do clero morreram; outros retornaram à Espanha. Em muitos locais, a disciplina fora relaxada em virtude do caráter sectarista das guerras – e da perda de contato com Roma. De modo geral, no período pós-revolucionário a vocação religiosa aparentemente tornou-se menos atraente. É possível que a Igreja tenha perdido 50 por cento do seu clero secular, e uma perda ainda maior dos regulares. No México, por exemplo, o número de membros do clero secular, e uma parcela ainda maior dos regulares. No México, por exemplo, o número de membros do clero secular, e uma parcela ainda maior dos regulares. No México, por exemplo, o número de membros do clero secular caiu de 4229, em 1810, para 2282, em 1834, e do clero regular de 3.112, em 1810 para 1726 em 1831. Na província franciscana de Lima, a média anual de ordenados diminuiu de 6,9, nas três décadas de 1771-1800, para 5,3 (1801-1820), 2,3 (1811-1820) e nenhuma entre 1821 e 1837. No período de um ano após a Proclamação da República na Bolívia, 25 dos 41 conventos do país haviam fechado suas portas – embora, neste caso, a legislação hostil de bolívar e de Sucre tenha sem dúvida contribuído bastante para isso. (BETHEL, 2001. p. 270)

O patrimônio econômico da Igreja, já seriamente debilitado pela expulsão dos jesuítas em 1767 e pelo confisco e venda posterior de suas grandes propriedades e ameaçado anteriormente pelo decreto da Consolidação, de dezembro de 1804 (implementado em apenas parte), que estabelecia a apropriação pelo Estado de propriedade e capital da Igreja, sofreu prejuízos ainda maiores durante aas guerras de independência. Do México a Buenos Aires, governos realistas e patriotas, enquanto proclamavam sua devoção à Fé, requisitava a Igreja, numa sucessão de medidas de emergência, dinheiro, rendas do dízimo, construções, terras, gado e mesmo às vezes, objetos de culto.

Os governos das recém-independentes repúblicas hispano-americanas reconheceram o catolicismo como a religião do Estado, mas no mesmo tempo adotaram frequentemente o princípio da tolerância religiosa. A inquisição foi abolida enquanto o protestantismo foi introduzido por estrangeiros recém-chegados. O desejo de muitos liberais, além de afirmar a supremacia do Estado secular e defender a liberdade de pensamento, era em grande parte reduzir o poder temporal e a influência da Igreja, que consideravam o principal obstáculo à modernização política, social, econômica do período pós-independência. A consequência dessa divergência entre liberais e eclesiásticos foi a transformação dessa questão em ponto central político em toda a América Espanhola, sobretudo no México onde emergiu uma guerra civil de grandes proporções (1850-1860).

4. **Conclusões**

Mediante o período e fatos históricos abordados, verificamos evidencias de significativa e expressiva influência da má formação institucional nos problemas, não somente econômicos, mas políticos e sociais existentes no continente latino-americano. Nesse sentido, é essencial destacar duas instituições fundamentais para a inclusão do cidadão na sociedade: Os direitos políticos e desigualdade de renda. Existe um argumento de que os direitos políticos promovem o desenvolvimento protegendo os direitos de propriedade e

com isso induzindo investimentos ou estimulando a demanda por bens públicos, inclusive bens públicos produtivos. As restrições ao direito de voto prevaleciam nos EUA e também na América Latina. As restrições formais para pessoas livres do sexo masculino foram gradualmente eliminadas nos Estados Unidos por volta de 1830, e os antigos escravos libertados adquiriram legalmente esse direito em 1869, mas como a regulamentação de eleições era prerrogativa dos governos estaduais e a lei americana sempre exigia registro voluntário, as restrições de fato sempre estiveram presentes. As mulheres, por sua vez, obtiveram o direito de voto em 1919. Na América Latina, o voto masculino em geral era restrito primeiro por exigência de posse de imóveis ou de renda, e subsequentemente pela exigência de alfabetização, visando a excluir especificamente os trabalhadores rurais e agricultores arrendatários.

5. Bibliografia Consultada

ACEMOGLU, Daron. Por que as Nações Fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier,2012.

BETHELL, Leslie. História da América Latina. Volume III. São Paulo: EdUSP, 2001

COATSWORTH, John H. Economic and International Trajectories in Nineteenth-Century Latin America". Cambridge: Harvard University Press, 1998.

CUNHA, G. H. M.; AVILA, C. F. D. . Economia e Sociedade no México do Século XIX: Vicissitudes na construção de um Estado-nação. Revista NEIBA - Cadernos Argentina-Brasil, v. 5, p. 1, 2016.

CUNHA, G. H. M.; D'AZEVEDO, R. M. P. . Evolução Econômica do Brasil. Revista Múltipla (UPIS), v. 27, p. 23-47, 2013.

CUNHA, G. H. M.; SOUZA JUNIOR, C. V. N. ; CUNHA, C. S. G. . Algumas considerações sobre o papel das ferrovias no desenvolvimento econômico do México no final do século XIX. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 3, p. 1-8, 2016.

CUNHA, G. H. M.; SOUZA JUNIOR, C. V. N. ; PAIVA, M. S. ; SILVA, A. S. S. F. E. . Uma análise histórica da formação da sociedade argentina e sua economia: 1870 a 1914.. Observatorio de la Economía Latinoamericana, v. 1, p. 1-20, 2016.

CUNHA, G. H. M.; ELLERY JUNIOR, R. G. . Ensaios sobre a economia Argentina no século XIX. Hegemonia (Brasília), v. 13, p. 1-35, 2014.

CUNHA, G. H. M.; ELLERY JUNIOR, R. G. . Ensaios sobre as Transformações Econômicas da América Latina entre 1800 a 1870: do final do período colonial a consolidação política das novas economias. Hegemonia (Brasília), v. 17, p. 4-28, 2016.

DONGHI, Tulio Halperin. Dois séculos de Reflexões Sul-americanas sobre a Lacuna de Desenvolvimento entre os Estados Unidos e a América Latina. In: FUKUYAMA, Francis. Ficando Para Trás: explicando a crescente distância entre

a América Latina e os Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2008.

FUKUYAMA, Francis. Ficando Para Trás: explicando a crescente distância entre a América Latina e os Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2008

HANKE, Lewis, org. History of Latin American Civilization: Sources and Interpretations, vol. 2: The Modern Era. Londres: Methuen & Co Ltd London, 1967.

KRAUZE, Henrique. Olhando para Eles: Uma Perspectiva Mexicana sobre a Lacuna em Relação aos Estados Unidos. In: FUKUYAMA, Francis. Ficando Para Trás: explicando a crescente distância entre a América Latina e os Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2008.

LANDES, David S. Riqueza e a Pobreza das Nações: Por Que Algumas São Tão Ricas e Outras São Tão Pobres. São Paulo: Editora Elsevier, 2008

ROBINSON, James. A. O equilíbrio Latino-americano. In: FUKUYAMA, Francis. Ficando Para Trás: explicando a crescente distância entre a América Latina e os Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2008.

STEIN, Stanley J; STEIN, Barbara H. Herança Colonial da América Latina: Ensaios de Dependência Econômica. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977